



Reunião de aprofundamento e elaboração de propostas sobre Gênero, Democracia e Políticas Públicas de Comunicação

São Paulo, 6 e 7 de dezembro de 2007

Em defesa de uma TV pública independente, plural e participativa

*Bia Barbosa**

"Investir na TV pública é devolver ao cidadão o imposto que ele paga na forma de um serviço de comunicação diferenciada, expressão da diversidade e alternativa de informação".

Tereza Cruvinel, presidente da EBC



6 de dezembro (5ª feira), das 9h às 12h
Mesa 1 – TV Pública e a expressão da diversidade



A consultora em Gênero e Raça Mara Vidal coordenou a primeira mesa do dia

No dia 2 de dezembro, simultaneamente ao início das transmissões da TV digital no Brasil, aconteceu a pré-estréia da [TV Brasil](#), a primeira emissora pública nacional do país. Nascido da fusão da [Radiobrás](#), TVE/RJ e TVE/MA – emissoras vinculadas ao Estado –, o canal tem o objetivo de romper o direcionamento e estreitamento dos conteúdos da TV privada, possibilitando a pluralidade e regionalização da produção, e dando espaço à diversidade brasileira.



Tereza Cruvinel (presidente da EBC) e Gabriel Priolli (presidente de honra da ABTU)

Um espaço para a diversidade e a defesa da cidadania

Historicamente, a discussão da implementação de uma emissora de TV desta natureza encontrou no Brasil resistência tanto entre os grandes empresários da radiodifusão como em governos que não se interessaram pelo tema diante da imaturidade do debate na própria sociedade. Hoje a situação é outra. Na opinião da jornalista Tereza Cruvinel, presidente da [EBC \(Empresa Brasil de Comunicação\)](#), que administra a TV Brasil, em todos os segmentos da população há demandas neste sentido.

“Esta expressão de maturidade democrática maior é semelhante àquela que, no pós-guerra nos países europeus, levou os governos a transformarem suas TVs estatais em públicas. Nosso tempo é outro, e agora nossa democracia exige isso também. Encontramos um governo que, pela primeira vez, se dispôs a tocar esta discussão, interdita no passado, durante a ditadura. Desde os anos 70 poderíamos ter construído a rede pública, se tivesse havido boa vontade governamental. Hoje não podemos perder esta oportunidade”, acredita Tereza Cruvinel.

A construção de um sistema público de comunicação está prevista na [Constituição Federal](#), que fala da complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal, mas até hoje não foi implementada de fato no país. Nossa realidade é a de um modelo de comunicação comercial, altamente concentrado em poucas famílias, que controlam a mídia impressa e eletrônica e restringem a pluralidade de oferta de meios e a expressão da diversidade regional e cultural brasileiras.

“A não-expressão da diversidade da mulher nos meios de comunicação decorre deste sistema: da ausência de canais públicos com peso maior na correlação de forças entre os diversos segmentos de mídia e da fragilidade dos canais estatais governamentais”, avalia Tereza. “Há uma arquetipia lamentável da mulher na televisão. É a mulher consumidora e não a mulher-cidadã; vale o que você prefere e não o que você pensa. E há um culto a um padrão de beleza mercadológico, além de uma desqualificação da mulher na vida política”, completa.

seja revertida. Como expressão, televisão pública é algo que existe no país, por enquanto, somente em nossa Carta Magna. Atualmente, os canais chamados de públicos são, na prática, concessões educativas ainda com fortes vínculos com os governos estaduais. “Um debate importante neste momento é fazer com que este sistema educativo seja desestatizado, saia das mãos dos interesses de grupos que não operam no Estado com espírito público, e passe a atuar em defesa da cidadania”, afirma Gabriel Priolli, jornalista e presidente de honra da [ABTU \(Associação Brasileira de Televisão Universitária\)](#), e diretor da área de eventos e publicações da TV Cultura.

Para Fátima Pacheco Jordão, diretora do [Instituto Patrícia Galvão](#) e assessora de pesquisa da [TV Cultura](#), “na reflexão sobre por quê é crucial agarrar a oportunidade de criação da TV pública no Brasil, precisamos pensar o papel da televisão no país. A TV é o elo mais forte da sociedade com as fontes de informação. Neste sentido, precisamos considerar a TV como um todo, em que a polarização TV pública X TV privada pode comprometer a reflexão sobre o papel da TV como um todo”.

Afinal, o que é essa tal diversidade?

Um dos principais objetivos da TV Brasil – previsto tanto na Medida Provisória que criou a EBC quanto nos anseios daqueles que defendem a constituição de um sistema público forte no país – é a difusão e promoção de toda a nossa diversidade através da televisão. Basta olharmos para o desequilíbrio existente, por exemplo, entre negros e brancos à frente de programas na TV e entre homens e mulheres retratados como especialistas no discurso televisivo para dimensionarmos o tamanho do desafio que há no horizonte.

Mas de que diversidade estamos falando e como promovê-la? Bastaria trabalhar com o conceito de gênero, etnia e orientação sexual para responder a ela? Seria o caso de impor um equilíbrio na representação ou construir este equilíbrio politicamente? Este equilíbrio deve ser matemático? As emissoras devem responder a alguma determinação legal neste sentido? Como definir critérios de cotas na programação da TV pública?

Na opinião do jornalista Gabriel Priolli, a diversidade na TV Brasil deveria ir além da representação e abarcar a questão da diversidade regional, cultural e aquela que está presente nas produções independentes.

“Uma das grandes contribuições que a TV Brasil pode dar é provar ao país que é possível obedecer ao artigo 221 da nossa Constituição Federal, e que isso é bom para a TV, não vai acabar com ela, como afirmam os argumentos contrários, baseados na defesa da liberdade de criação artística”, aponta Priolli. “Estamos aquém do que podemos atingir e seria desejável, mas estamos bem além de onde chegou a TV comercial. Já debatemos a questão da diversidade no ar, enquanto a comercial não faz isso nem internamente. E se queremos ter diversidade no sistema de televisão como um todo, é importante fomentar a diversidade a partir da TV pública, para que ela seja o paradigma de toda emissora”, afirma.

No entanto, para Edson Cardoso, do [Jornal Irohin](#), é um equívoco afirmar que a TV comercial não trata da diversidade em suas produções. “Ela trata sim, mas do seu jeito; hierarquiza conceitos de diversidade. É preciso estar atento, porque a TV pública vai reproduzir o padrão de diversidade imposto nos meios privados?”, questiona.

“É uma questão complexa. Toda a diversidade cultural e regional que existe no país reproduz, de diversas formas, uma mesma concepção de gênero, de raça e

etnia. Isso não resolve. Quando falamos em diversidade de gênero, falamos de uma ótica feminista, que combata a opressão de gênero. Falamos de uma concepção avançada de programação, que combata os estereótipos; de uma concepção de comunicação, por trás da qual está uma concepção de sociedade”, avalia Olívia Rangel, da [União Brasileira de Mulheres](#).

“Queremos uma TV pública que abarque a diversidade e combata a desigualdade. Este deve ser nosso mote e posicionamento estratégico”, acredita Fátima Jordão. Não basta, portanto, que a TV pública esteja “pipocada” de mulheres, negros e indígenas na sua programação. As representações não são suficientes para tratar da diversidade como um todo, muito menos da chamada diversidade “celebratória” e não conflituosa, já abordada sobretudo pela publicidade. Em um cenário de transição entre uma sociedade que apenas consumia mídia e uma sociedade que hoje produz comunicação, é preciso dar um passo além e defender a participação da população na produção de conteúdo como forma de se alcançar a difusão dessa tal diversidade.

A TV Brasil pretende trabalhar em parceria com uma linha de financiamento da produção audiovisual independente, coordenada pelo [Ministério da Cultura](#), para levar a diversidade brasileira para dentro da telinha. Inicialmente, cerca de 100 milhões de reais estariam disponíveis através de editais exclusivos para a TV pública.

“Pensamos que diversidade é algo natural, que está plantado na sociedade, mas ela precisa ser construída”, afirma a professora Ivana Bentes, da [Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro](#). “Diversidade para mim hoje é dar condições econômicas, formas de financiamento, para que a sociedade se torne produtora de mídia em sua diversidade. Não vale se limitar à representação. A TV Brasil tem que estar atenta aos mecanismos de empoderamento da sociedade, tem que ter políticas públicas para isso, de implantação de tecnologias de produção e expressão, senão ficamos reféns de um modelo democrático representativo que está em crise”, conclui Ivana.

Programação e financiamento

Um dos grandes diferenciais da TV pública deve ser sua programação, que precisa se apresentar como alternativa e oportunidade de escolha para os brasileiros e brasileiras que não estão satisfeitos com a TV comercial. Mais do que isso, cabe às emissoras públicas veicular um conteúdo plural, diverso, que promova o pensamento crítico, defenda os direitos humanos e não se restrinja à busca por audiência.

“No dia 2 de dezembro, demos um primeiro passo na construção da programação da TV Brasil, unificando o conteúdo veiculado na Radiobrás e TVE Rio. Foi uma programação especial, que contou com Maurício de Souza, Paulinho da Viola e com a estréia do telejornal *Repórter Brasil*, em que buscamos a oferta de boa informação e a quebra da subserviência ao Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília como fonte de informação”, conta Tereza Cruvinel. “Agora temos um caminho pela frente, que é construir uma programação em rede, em associação com as TVs educativas, universitárias, comunitárias. Hoje, 15 emissoras já estão veiculando nosso telejornal e a grade que está no ar parcialmente”, diz.

Outro aspecto candente do funcionamento das emissoras públicas é seu financiamento. A primeira idéia que precisa ser desconstruída – e que vem sendo propagada no Congresso pelos opositores do projeto da TV Brasil – é a de que o investimento do governo neste tipo de televisão é desperdício de recursos públicos. “Não é. Investir na TV pública é devolver ao cidadão o imposto que ele

paga na forma de um serviço de comunicação diferenciada, expressão da diversidade e alternativa de informação”, afirma Tereza.

Para Gabriel Priolli, o investimento que a sociedade, o Estado e o mercado estão fazendo na expansão da TV pública se justifica justamente para garantir o acesso à diversidade cultural. “Para que exista a possibilidade de programar a televisão com critérios de relativismo cultural e tolerância, há que se garantir meios para que a TV pública se desenvolva cada vez mais e cumpra sua missão civilizadora nos meios de comunicação”, completa.

O grande debate, no entanto, entre aqueles que defendem a idéia de um sistema público forte no país, é o risco da dependência exclusiva de financiamento dos governos, o que abre espaço para ingerência direta no funcionamento dos canais – como já acontece hoje em grande parte com as emissoras educativas – diante das possibilidades de contingenciamento de verbas.

“Quem manda é quem paga. Então é preciso criar um papel de contrapeso em relação ao dirigismo que o Estado pode dar à emissora ao fechar a torneira. A discussão da publicidade nos canais públicos é um assunto espinhoso. Há posições extremadas e conflitantes em relação a isso. Mas defendo a possibilidade de publicidade comercial livre na TV pública. Se renunciarmos que a TV pública possa disputar recursos no mercado privado, estamos entregando seu controle ao Estado. Defendo a publicidade comercial, mas regulada. E que não seja maioria no financiamento, senão a TV pública passa a funcionar no jogo normal do mercado”, explica Priolli.



Ivana Bentes (Eco/UFRJ) e a debatedora Fátima Pacheco Jordão (IPG e TV Cultura)

A professora Ivana Bentes, concorda: “temos que acabar com a demonização do mercado, como se ele estivesse fora da idéia de democracia e do público. Há empresas que defendem a responsabilidade social e podem estar na TV pública. A idéia de que o Estado é o único provedor de tudo de bom, como se o mercado estivesse em outro planeta, é um modo maniqueísta e redutor de ver as coisas”.

Já o professor Laurindo Lalo Leal Filho, da Faculdade Cásper Líbero e apresentador do programa *Ver TV*, da [Radiobrás](#), acredita que a veiculação de publicidade comercial pode acabar com a TV pública. Para ele, o processo natural será baixar a qualidade da programação para torná-la mais popularesca em busca da audiência exigida pelos anunciantes. “Será colocar a lógica do mercado sobre a lógica da cidadania, da prestação de serviço público. Fora isso, há uma questão de linguagem: o anúncio comercial tem uma linguagem que tem que vender rapidamente e pegar a pessoa pela emoção. Este ritmo do comercial acaba contaminando a programação. Por fim, como pensar uma TV pública voltada para a cidadania e que estimula o consumismo?”, questiona. Para Lalo, o limite da relação da TV pública com o mercado é o apoio institucional ou o patrocínio de programas.

Em suma, como alerta Fátima Jordão, é preciso trabalhar com objetividade em relação à questão do financiamento das emissoras públicas. “Não adianta pegarmos modelos internacionais, como o caso da Inglaterra e do Canadá, que taxam diretamente a população, porque eles são inatingíveis no Brasil; nossa sociedade não está preparada para isso. A questão aqui tem a ver com a capacidade que os atores ligados ao campo público têm de apontar para uma diversidade de fontes de financiamento, na qual patrocínios são apenas uma parte”, afirma.

A Medida Provisória que criou a EBC prevê para seu financiamento, além de dotações orçamentárias, a exploração dos serviços de radiodifusão pública; a prestação de serviços a entes públicos ou privados; distribuição de conteúdo, modelos de programação, licenciamento de marcas e produtos e outras atividades inerentes à comunicação; e doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado.

“É claro que isso não garante a perenidade da TV Brasil. Precisaríamos de uma fonte permanente e independente, que crie uma blindagem para seu funcionamento. Estamos discutindo com o Congresso a possibilidade de parte dos recursos do Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) e do Fistel (Fundo de Fiscalização das Telecomunicações) financiarem as emissoras públicas, inclusive para socorrer as estaduais, que estão em penúria e que assim não conseguirão nunca migrar para a TV digital”, explica Tereza.

Gestão participativa

Um dos principais diferenciais entre emissoras públicas e privadas é a existência de um organismo de representação da sociedade à sua frente, com poder de definição acerca do conteúdo veiculado. O [Conselho Curador](#) da TV Brasil, que toma posse no dia 14 de dezembro, nasceu sob fortes críticas, vindas inclusive do chamado campo público da televisão. Em vez de indicados pela sociedade, seus integrantes são personalidades – entre as mulheres está Maria da Penha, que deu nome à [Lei nº 11.340](#), que trata da violência doméstica contra as mulheres – nomeadas diretamente pelo Presidente da República – mais um elemento que caracteriza forte vinculação com o poder Executivo e pode comprometer a independência da emissora.

A diretora-presidente da TV Brasil, Tereza Cruvinel, defende a decisão: “optamos por personalidades que, por sua história, expressam pluralidade e diversidade. Avaliamos que este formato de conselho teria vantagens sobre um conselho feito de organizações corporativas. Precisaríamos de muitas entidades, o que tornaria o conselho inoperante”.

Gabriel Priolli discorda: “O processo foi imperfeito ao priorizar a representação personalista, acreditando que isso asseguraria independência do representante e menos corporativismo. Uma representação vinculada a um segmento não implica diretamente um corporativismo, só se faltar espírito público. Ao mesmo tempo que uma representação por personalidade não assegura o contrário. É possível que personalidades atuem de forma corporativa, se assim pautadas. Teria sido melhor se o Conselho da TV Brasil tivesse se pautado pela composição do [Fórum de TVs Públicas](#), um espaço que acompanha o debate da comunicação pública desde o início”.

Segundo Tereza, o objetivo da EBC é melhorar o funcionamento do conselho na votação da lei que dará validade à Medida Provisória, em tramitação no Congresso. A MP prevê que o próprio conselho estabeleça mecanismos de consulta popular para sua renovação. O Congresso também está discutindo formas de tornar o

órgão mais amplo, debatendo com o relator Walter Pinheiro (PT-BA) a criação de 2 ou 4 novas vagas. “Como não acredito que a MP vai ser aprovada este ano no Senado, se o Congresso viabilizar suas vagas, vai buscá-las na sociedade, e aí entram as negociações”, avalia.

Independentemente do questionamento feito à configuração do Conselho Curador da TV Brasil, é preciso aperfeiçoar os mecanismos de participação popular na gestão das emissoras públicas. Os conselhos, em sua maioria, são compostos por pessoas entendidas como representativas da sociedade, mas não existe uma prática de prestação de contas, a sociedade desconhece seus estatutos, integrantes e formas de diálogo com os mesmos.

“Há uma dificuldade em construirmos tecnologias de participação. Podemos ter o conselho mais plural e representativo, mas, se for invisível e inacessível, se não houver um instrumento de pressão, não terá como nos representar”, acredita Ivana Bentes. “Nosso modelo de democracia participativa está em construção e a TV Brasil tem que estar atenta a isso. A discussão em torno de seu conselho é uma cortina de fumaça diante da possibilidade de se construírem outros mecanismos de participação. A mídia só fala em ingerência política, mas é um falso problema. Precisamos ir para outro patamar, de mecanismos mais amplos”, completa a professora.

Entre estes mecanismos estão ouvidorias, ombudsmen, códigos de conduta, debates setoriais, espaços externos de controle social, relatórios administrativos abertos e mecanismos de direitos de resposta. “Enquanto sociedade civil, temos que ultrapassar o lugar de ficar reivindicando espaço e contribuir para o aperfeiçoamento desses mecanismos. Vamos ajudar a construir outras instâncias importantes na TV Brasil”, defende Jacira Melo, diretora do Instituto Patrícia Galvão.

Tereza Cruvinel reconhece a necessidade de se construírem pontes também entre a direção de programação e o que chamou de “nichos de reflexão sobre gênero” no Brasil. Ela lembra o papel das mulheres na produção independente e a possibilidade dessas produções levarem diversidade para dentro da TV.

Um espaço em construção

O modelo proposto, portanto, ainda está aberto a mudanças e melhorias institucionais, de forma a garantir uma maior autonomia, sustentabilidade e perenidade à TV Brasil. Há uma batalha a ser travada no Congresso e um enfrentamento à direita junto ao Supremo Tribunal Federal, onde corre uma ação de inconstitucionalidade movida pelos Democratas (ex-PFL). Eles alegam que a EBC precisaria ter sido criada via Projeto de Lei, e não Medida Provisória.

“A TV Brasil é um projeto em construção. É um problema vir através de uma MP, mas de outra forma, não viria; nosso processo histórico mostra isso”, acredita Fátima Jordão. “Agora ela tem que ser sustentada pela cidadania, para que a gente possa sonhar, a médio prazo, em disciplinar a questão e regular uma maior diversidade também na TV comercial. Sem TV pública desenvolvida no Brasil, jamais vamos conseguir corrigir as distorções construídas na TV comercial”, acrescenta Priolli.

“A viabilização da EBC é complexa porque um passo dado muito à frente pode significar um retrocesso, se levarmos em consideração a disposição das grandes emissoras para inviabilizar qualquer tipo de controle social sobre o campo público. Basta lembrar o que aconteceu com a Ancinav, com o debate da classificação indicativa... E a constituição do campo público tem que reverter para o controle

social das emissoras privadas. Se começasse por elas, não sairia”, conclui Ivana Bentes.

* **Bia Barbosa** é jornalista e integrante do *Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social*.



Gênero, Democracia e Políticas Públicas de Comunicação

São Paulo, 6 e 7 de dezembro de 2007

Democracia só com controle social dos meios de comunicação

*Terezinha Ferreira**

"Queremos modificar a forma de controle, queremos mudar a amplitude do consenso. Hoje o consenso que é veiculado é o consenso de uma família, é o consenso de sete grupos familiares no Brasil. Queremos que o consenso possa ser mais amplo, inclusive um lugar de embate, não queremos apenas substituir."

Ana Bock, presidente do Conselho Federal de Psicologia



6 de dezembro (5ª feira), das 14h às 17h
Mesa 2 – Um órgão regulador para TV em um Brasil democrático



A coordenação desta mesa esteve a cargo da radialista Denise Viola (Rede de Mulheres em Comunicação)

Se discutir um sistema público de rádio e televisão no Brasil está sendo bastante difícil, conquistar uma legislação para a regulação da comunicação eletrônica será ainda pior, na opinião do professor Lalo Leal Filho, primeiro expositor da segunda mesa do Seminário. "Criar uma lei de regulação eletrônica vai mexer em um modelo de negócios que está estruturado há 70 anos, desde que o rádio surgiu no Brasil e depois se perpetuou com a televisão. O modelo hegemônico brasileiro não é só hegemônico do ponto de vista da economia e da política, é também hegemônico do ponto de vista simbólico. Está na cabeça das pessoas que televisão e rádio são empreendimentos comerciais, as pessoas acham que os concessionários são donos dos canais. É um debate difícil, mais ainda pelo fato de 90% da população brasileira só ter acesso ao mundo pela televisão comercial aberta, só ter como fonte de informação a TV", que, naturalmente, não informa ser concessão pública.

Apesar disso, Lalo considera um avanço extraordinário discutirmos hoje estas questões, pois há uma década atrás as pessoas não conseguiam nem pensar na possibilidade de termos uma rede nacional de TV pública no Brasil, e ainda mais controlada pela sociedade. As pessoas precisam entender que "o governo é representante da sociedade na outorga do uso do espectro eletromagnético e que os grupos que têm acesso a ele passam a ter um poder de voz e de presença na sociedade incomensurável em relação a qualquer outra voz. Esses grupos se tornam altamente privilegiados, pois o espectro é finito, escasso, nenhum de nós tem o poder que as redes de comunicação eletrônica têm; e eles podem falar e você não pode responder". O professor acredita que o processo caminha rapidamente, pois o Parlamento brasileiro começa a discutir a legislação. Lalo esteve recentemente em uma audiência no Senado em que o tema era uma lei sobre a comunicação eletrônica de massa. Ele percebe também indícios de que a [Secom \(Secretaria de Comunicação da Presidência da República\)](#) terá o encargo de cuidar da regulação.



Lalo Leal Filho (professor e apresentador do programa Ver TV) e Adriana Fernandes (procuradora do Ministério Público Federal)

Historicamente no Brasil, o poder da televisão é superior ao das TVs dos países desenvolvidos, onde é relativizado por outras formas de comunicação e por legislações controladoras das emissoras. Para Lalo é urgente a criação de uma nova lei de comunicação de massa, pois a que temos em vigor no Brasil é de 1962, está totalmente superada e, mesmo assim, são ignoradas as poucas restrições que coloca. Um exemplo é a limitação em 25% de propaganda na grade de programação, quando temos canais de televisão com programação 100% comercial e, se incluirmos o “merchandising”, várias delas estão violando esta regra. “A regulamentação é arditosamente confundida, por quem não a quer, com censura, quando uma coisa nada tem a ver com a outra. Tentam confundir imprensa escrita, que trafega por veículos privados, com a radiodifusão, que é espaço público”, alerta o professor.

Para procuradora do [Ministério Público Federal \(MPF\)](#), Adriana Fernandes, a partir de uma abordagem jurídica, “não existe esse órgão regulador para a TV no Brasil, embora o artigo 221 da [Constituição Federal \[veja ao final da matéria\]](#) estabeleça alguns requisitos que a programação da televisão e rádio deve observar, tais como suas finalidades educacionais, artísticas, culturais e informativas; promoção da cultura regional e regionalização da produção cultural; respeito aos valores éticos e sociais...”

Adriana citou também o artigo 220 da Constituição, que veda a existência de censura política, ideológica e artística, propondo a regulação com classificação de idade e horário, o estabelecimento de meios legais contra programações que contrariem o artigo 221, a proibição de monopólios e oligopólios. Também o [ECA \(Estatuto da Criança e do Adolescente\)](#) foi lembrado como lei federal que pode ser usada, ainda que restrita a um período da vida, pois prevê a proteção dos mais novos em relação à mídia. Em muitas ações do MPF tem sido utilizado.

Entretanto, estão até hoje sem regulamentação esses artigos da Constituição de 1988. “Ainda não se editou essa lei federal, com toda a amplitude que quis a Constituinte”. Assim como para Lalo, Adriana acha que “há vários exemplos de sistemas jurídicos, como os da Inglaterra ou Estados Unidos, que controlam desde o conteúdo até a participação da sociedade civil e podem ser aproveitados para elaborar essa lei”.

“Todos os brasileiros serão iguais no acesso à TV pública?”

Garantir que este bem público seja socializado está na base da legislação vigente em diversos países democráticos. O professor Lalo citou como exemplos Inglaterra, Estados Unidos, França, Canadá e Portugal, elencando objetivos comuns expressos por órgãos reguladores desses países: repartir o bem público, igualdade de acesso, otimizar o uso do espectro, regulamentar a propriedade cruzada de meios de comunicação, proteção dos telespectadores, especialmente as crianças, garantir o pluralismo das informações. Enquanto nesses países existem disputas públicas pela outorga do uso do espectro e um monitoramento da programação buscando garantir uma grade que atenda a diferentes interesses, no Brasil as outorgas constituem uma grande “caixa preta” utilizada politicamente e na grade de programação é comum termos o horário de novelas ou o horário do humor ser transmitido ao mesmo tempo em todos os canais.

“Uma das condições iniciais deve ser a universalização do acesso à comunicação pública”, considerado sério desafio por Lalo, que é também apresentador do único programa de TV que discute a TV, o *Ver TV*, da [Radiobrás](#). Afinal, não deixa de ser irônico que a nova TV pública brasileira, a [TV Brasil](#), seja inaugurada sem que o seu sinal atinja muitas das cidades brasileiras, incluindo São Paulo.

Nos países democráticos os órgãos reguladores têm um poder de sanção que pode até cassar as concessões. “Por aqui, sofremos campanha virulenta da televisão, usando pessoas respeitáveis da TV para fazer uma discussão retrógrada, conservadora”, diz o professor, referindo-se à recente discussão em torno da classificação indicativa de idade para a programação, reveladora da dificuldade que haverá para implantar uma legislação. Contra as críticas que colocam a subjetividade de quem vai regular a programação como impedimento, Lalo diz que há uma série de estudos que mostram a possibilidade de objetivar a análise e também há trabalhos no Congresso Nacional apontando nessa direção.



Ana Bock (presidente do Conselho Federal de Psicologia) e a debatedora Albertina Costa (Fundação Carlos Chagas)

Uma ferramenta perigosa

A subjetividade, agora a do telespectador, também foi o assunto com que Ana Bock, presidenta do [Conselho Federal de Psicologia \(CFP\)](#), cativou as participantes (e os dois participantes) do Seminário, discorrendo sobre a dimensão psicológica, subjetiva, que faz parte da comunicação. A entidade de psicólogos trabalha com a questão há nove anos, participa do [Fórum Nacional pela Democracia da Comunicação](#), elabora pareceres para o Ministério Público Federal e mantém coletivos que discutem o tema em 15 dos Conselhos Regionais de Psicologia. Atentos à subjetividade, sabem a relação que esta tem com todas as ferramentas culturais, incluindo a comunicação.

“O sujeito se constitui a partir do meio, da sua relação social, de sua inserção na cultura, do seu contato com as ferramentas que contêm humanidade, com o que os humanos anteriores fizeram, humanizando um mundo que não era humanizado”, explica a professora. “Daí a importância de todas as ferramentas culturais, sendo a linguagem uma das principais, pois se molda o pensamento com ela; mas todas são importantes, tudo vai constituir subjetividade. A mídia é uma das ferramentas culturais, uma presença bastante forte na vida de todos nós, em especial na vida das crianças”.

Ora, todos sabem a importância da infância na formação do sujeito, e sabemos o lugar privilegiado da televisão na vida das crianças brasileiras. “A mídia carrega uma série de informações, valores e modelos de conduta, e a criança tem poucos recursos para enfrentar essa ferramenta, assim como tem poucos recursos para enfrentar uma tesoura, uma faca afiada, uma tomada. Isso significa que ela corre riscos quando se põe frente a essas ferramentas sem que tenha sido educada para isso, preparada para isso, sem que tenha recursos psicológicos, internos, para dialogar, para receber, para devolver, sistematizar informações”, explica Ana Bock.

A democratização da comunicação também é prioridade. “Há pouca diversidade, só interesses de grupos específicos, ninguém pensa que é concessão, que é um bem público. Não estamos preparados para entender a mídia de outra forma. Também os adultos são carentes de recursos para enfrentar uma mídia concentrada como a nossa”. A psicóloga utilizou o exemplo da concessão de linhas de ônibus, que toda a

população entende como um bem público. O Estado outorga a concessão a uma empresa que tem os veículos e se faz um acordo sobre os trajetos, existe uma série de especificações e condições de utilização. Existe um controle sobre o sistema.

Outro aspecto levantado por Ana Bock é a invisibilidade de determinados segmentos da população ou sua representação subalterna, distorcida, estereotipada. “A mídia precisa garantir o auto-reconhecimento social. Temos um país com a mesma língua, mas muitos sotaques, alguns absolutamente esquecidos na mídia, outros nos lugares da subalternidade”. Lembrando que até há pouco tempo era imprescindível falar como paulista ou carioca para estar na TV, ou se faziam cortes de temas e até de pressupostos símbolos nas edições de programas, a psicóloga explicou como essa negação fragiliza as pessoas. “Pela insistência, o sujeito passa a se identificar com outras figuras que não são a dele. De tanto receber uma informação, a pessoa passa a não poder valorizar a cor da sua pele, a sua história, o seu corpo, a história do seu povo.”

“Alguém controla a informação que é passada?”

“Há alguém no controle? Ou hoje não há controle e nós queremos instituir um controle?”, pergunta a psicóloga. “Obviamente há um controle posto, mas ele é individual, no sentido de que pequenos grupos de interesse controlam a mídia. Queremos modificar a forma de controle, queremos mudar a amplitude do consenso. Hoje o consenso que é veiculado é o consenso de alguns grupos familiares no Brasil. Queremos que o consenso possa ser mais amplo, inclusive um lugar de embate, não queremos apenas substituir. Nossa questão deve ser de quantas subjetividades estão tomando a decisão, produzindo o consenso”.

Sobre o controle também falou Adriana, do MPF. “Muitos autores dizem que existem controles sim, mas a meu ver não é esse sobre o qual a gente fala”. Ela cita o [Conselho de Comunicação Social do Congresso](#), que em sua avaliação não pode ser entendido como controle público; autores apontam também o controle administrativo feito pelo Ministério da Justiça, que tem a ver com a classificação indicativa, que até agora não tem tido efeitos satisfatórios. “E outro controle que eles apontam é aquele feito pelas próprias emissoras, que a meu ver é bem insuficiente, pois elas não realizam de fato esse tipo de controle. Há realmente falta de transparência das emissoras com o público e falta de diálogo com a sociedade”.

Questionada sobre o controle pelo MP, Adriana Fernandes faz questão de ressaltar que não é essa a missão do Ministério, e sim defender os direitos do cidadão e ajuizar ações contra as violações de direitos humanos. Exemplos de ações movidas pelo MPF, em parceria com organizações sociais, foram citados pela procuradora. A começar pela mais conhecida vitória deste movimento, o direito de resposta conquistado no horário do extinto programa de João Kleber, na Rede TV. Conta que têm ajuizado ações públicas na questão sobre a classificação indicativa, estando em curso no momento uma ação contra o SBT. Lembra também a ação encabeçada pelo [Instituto Patrícia Galvão](#), Observatório da Mulher e outras organizações, que fizeram uma representação junto ao MPF, questionando a imagem da mulher que as televisões veiculam, considerada uma ação não muito típica. O MP defende o direito da sociedade, segundo ela, mas também é um órgão fiscalizador das ONGs; então, todas as demandas que chegam ao MP são submetidas a uma análise para se constatar sua procedência ou não.

A sociedade tem o direito de exigir as condições, de especificar seus interesses, acredita Ana Bock, algo que deve ser feito de maneira organizada, pela parcela social organizada. Defende também a pluralidade das representações, para que o consenso seja fruto do embate de diferentes visões. E levanta a questão da educação, já que, queiramos ou não, toda televisão é “educativa”, competindo

inclusive com a escola, principalmente para a maioria das crianças e adolescentes.

“Toda televisão é educativa, e este é o problema. Porque todas elas estão educando para uma determinada direção de sujeito, para determinada sociedade com um tipo de relação social, para determinados valores, todas elas, e essa deve ser a nossa grande questão. Que educação a nossa televisão está dando? Queremos, coletivamente, em um espaço de controle da sociedade, de controle sobre esse sistema, produzir o consenso sobre qual deve ser esta educação!”

Para a psicóloga, os movimentos organizados têm o direito de reivindicar cada tipo de representação nos meios de comunicação. “E terão de enfrentar outros grupos que têm diferentes visões. Mas é do embate, do diálogo e da produção de consenso que vamos tirar a possibilidade de controle sobre o sistema”.

Debate amplia e acrescenta polêmicas

Albertina Costa, da [Fundação Carlos Chagas](#) e debatedora nesta mesa, fez a ponte com a mesa da manhã, que abordou a TV pública, retomando questões complicadas e polêmicas.

“Acho que a gente não compartilhou muito a contradição do Lalo com a Ivana Bentes, da [Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro](#). Nós não conversamos sobre o financiamento privado da TV pública; eu tenho impressão que existe um acordo sobre o financiamento, desde que ele não resulte em anúncio, em imagens, em vendas de produtos”.

Albertina referia-se à posição externada pelo professor Lalo, retomando o tema da primeira mesa. “Do meu ponto de vista é um equívoco colocar propaganda comercial na TV pública, vender produtos comerciais na TV pública é destruir a TV pública. Gradativamente você começa a colocar a lógica do mercado sobre a lógica da cidadania, sobre a lógica da prestação de serviço público. Vai haver um departamento comercial que vai perceber que, se baixar um pouco o nível da programação, colocar um programa mais 'popularesco' ali vai dar mais dois pontinhos, e aí outro paga; é a pressão do vendedor, do contato de publicidade. Gradativamente o departamento comercial passa a subordinar a programação. Isto é um processo natural. (...) A segunda questão é a da linguagem. Quando se começa a colocar anúncio comercial na televisão pública, sua linguagem, que tem que vender rapidamente, pegar a pessoa pela emoção e não pela razão, esse ritmo do comercial começa a contaminar a programação. (...) O comercial contamina a linguagem e finalmente você não pode pensar em uma televisão pública que estimula o consumismo”.

“Agora de tarde”, continuou Albertina, “Lalo falou que o tema [*criar uma lei ou órgão regulador para a TV*] é mais espinhoso que o da TV pública. Ficamos encantados pela Ivana de manhã, quando falou sobre o necessário aperfeiçoamento de nossa tecnologia participativa. Para ela, os limites da democracia representativa estão dados, então teremos que inventar uma outra coisa. Como é a composição dos organismos de controle?”

“Na verdade, temos leis que não são cumpridas! Uma coisa é pensar que leis queremos? Uma coisa é o que desejamos, outra é o que fazer, agora, com a legislação presente? Tanto Lalo como Adriana nos dizem que há instrumentos legais para interferir. Alguns não são aplicados. Dentro do arcabouço vigente, o que poderíamos fazer? Como utilizar melhor os instrumentos que já temos?”

“Como melhorar nossa engenharia participativa? O [CNDM \(Conselho Nacional dos Direitos da Mulher\)](#), do qual faço parte, está sendo reformulado. Quem representa

quem no Conselho? É uma discussão muito complicada. Nós falamos aqui também de maneira redutora: 'o representante do movimento negro', 'o representante do movimento ecológico'; tem 'trocentos' movimentos ecológicos, trezentos movimentos de mulheres, não sei quantos movimentos negros, sindicais, associações, é complicado, é muito complicado. E quem escolhe o representante?"

Fiscalizar estrutura, além do conteúdo

Ivana Bentes voltou a falar da democracia representativa, dizendo estar preocupada com a sociedade desorganizada, pois considera que as organizações não dão conta de representar a todos. Rejanne Soares, do Coletivo de Negras Feministas da Amazônia, partilhou desta preocupação, sobretudo em relação às mulheres distantes dos grandes centros, especialmente as negras e indígenas. "Só faremos controle social quando entendermos como funcionam as coisas. É preciso criar estratégias para chegarmos coletivamente ao domínio desse poder".

Bia Barbosa e Michelle Prazeres, do [Intervozes](#), trouxeram novamente o debate para a questão do órgão regulador e para a importância de fiscalizar também as estruturas do sistema de comunicação brasileiro, não apenas o conteúdo de sua programação. A primeira deficiência, segundo Bia, é a pulverização dos organismos do próprio Estado que cuidam da comunicação. A jornalista lembrou da Anatel, agência reguladora que acabou se concentrando nas telecomunicações, "esquecendo" de fiscalizar a radiodifusão; do Conselho Nacional de Comunicação, previsto pela Constituição de 1988, que demorou para sair do papel e hoje não funciona por falta de quorum. Citou como exemplo das "barbaridades" que acontecem o fato de 36 rádios em São Paulo (de um total de 39!) estarem com suas outorgas vencidas.

O Intervozes está inclusive movendo ação civil pública contra três emissoras de televisão de São Paulo, cuja veiculação de publicidade ultrapassa em muito (cerca de 80%) o limite permitido. Michelle colocou a necessidade de estarmos preparadas para responder as acusações de censura e de aprofundarmos a questão sobre qual modelo de controle social queremos.

Lurdinha Rodrigues, da Liga Brasileira de Lésbicas, retomou a discussão do ECA, com informações sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, do qual já fez parte, e onde foi muito difícil colocar em pauta a questão da mídia. O aspecto do auto-reconhecimento, da importância da visibilidade de todos os sujeitos políticos na mídia foi outro ponto destacado por Lurdinha.

Educação para a mídia

Janaína Oliveira, da Na Mira Produções, do Rio de Janeiro, ressaltou a questão da influência da publicidade e da programação sobre as crianças, e da importância de educar para a mídia. Ana Veloso, do Centro de Mulheres do Cabo (PE) criticou a postura dos jornalistas, hoje bastante despolitizada e com visão patronal, já que a regulamentação deve ser do sistema, mas passa pelos profissionais.

Rachel Moreno, do Observatório da Mulher, trouxe para a roda a questão do consumo e do meio ambiente e posicionou-se em relação à sustentação da TV pública. "Se a publicidade sustentar também a TV pública, onde vamos discutir a publicidade? Por que não discutimos a criação de um fundo que sirva para sustentar a TV pública, o controle social, ou a educação para a mídia?"

Lalo relatou que na Inglaterra há um recente movimento para se investir na "alfabetização para a mídia". Com a grande inovação tecnológica, as novas formas de áudio e vídeo, as legislações dos países europeus estão sendo constantemente

revistas, com a participação das emissoras, diz o professor, o que comprova uma vez mais o nosso atraso na questão. Adriana lembra que nos EUA a maioria das ações são propostas pela sociedade civil; ela acha que aqui avançamos bastante, e cita como exemplo a [Campanha contra a Baixaria](#).

Quanto à TV pública, o professor acha que ela deve ser independente do mercado, sustentada por uma "cesta de financiadores", com participação do Estado, que pode, por exemplo, cobrar aluguel pelo uso do espectro eletromagnético e reverter para um fundo. "O limite de contato com o mercado por parte da TV pública deve ser o apoio cultural", defende Lalo.

* *Terezinha Ferreira é jornalista e integrante do Observatório da Mulher.*

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º - Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º - É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º - Compete à lei federal:

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

§ 4º - A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

§ 5º - Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

§ 6º - A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.



Gênero, Democracia e Políticas Públicas de Comunicação

São Paulo, 6 e 7 de dezembro de 2007

Mulheres assumem desafio de construir a conferência de comunicação

*Michelle Prazeres**

Expectativa é de que espaço seja amplo e democrático, mas de embate e não de diálogo, na medida em que discutirá temas nevrálgicos da comunicação e dos modos de vida e do fazer política. Amplificado, o debate tem relação com a democracia em sua vertente participativa e a crise do modelo representativo.



7 de dezembro (6ª feira), das 9h às 12h

Mesa 3 – Conferência Nacional de Comunicação



Jacira Melo (Instituto Patrícia Galvão) abre os trabalhos e coordena a mesa do dia

A briga das mulheres no campo da comunicação ultrapassou, definitivamente, a linha da crítica aos conteúdos discriminatórios conservadores e machistas veiculados na mídia e no espaço público. Avançando, somado a ela - e a cada vez mais ações de controle público dos meios -, está colocado o grande desafio de discutir as políticas de comunicação e a participação das mulheres nos processos de tomada de decisão neste setor em uma conferência nacional.

Anunciada por alguns setores do governo – [Secom \(Secretaria de Comunicação da Presidência da República\)](#), [MiniCom \(Ministério das Comunicações\)](#) e [Secretaria Geral da Presidência da República \(SGPR\)](#) – que assumiram compromisso de realizá-la nos próximos anos, a Conferência Nacional de Comunicação - possibilidade real de repetir nas comunicações o que já foi feito em mais de 20 áreas da administração federal - encontra hoje resistência por parte do núcleo político do Executivo.

Um espaço de confronto

Demanda latente no movimento de comunicação há alguns anos, a conferência é consenso no movimento feminista enquanto espaço legítimo para discutir questões centrais relativas à comunicação, que afetam não só a vida das mulheres, mas a luta por seus direitos e as demais lutas por direitos humanos no cotidiano. “Será uma conferência diferente de tudo o que já vimos, que vai ter que se debruçar sobre o marco regulatório da comunicação, único setor em que não se avançou no campo democrático. Não será uma conferência de diálogo, mas de embate, de confronto, diferente de tudo o que já construímos enquanto conferência. Temos um grande desafio que é o de construir a política para um espaço que, provavelmente, vai promover uma reforma política do sistema macroeconômico e mexer numa das questões mais nevrálgicas do capitalismo atual”, afirma Jacira Melo, diretora do [Instituto Patrícia Galvão](#).



Bia Barbosa (Intervezes) e Nalu Faria (Marcha Mundial das Mulheres)

“Não temos dúvida em relação ao quanto a atual estrutura e a organização dos meios de comunicação são responsáveis pela manutenção de uma hegemonia e dos pensamentos conservadores. Precisamos pensar na conferência como um momento de disputar esta hegemonia por um pensamento emancipatório”, afirma Nalu Faria, da [Marcha Mundial das Mulheres](#). “Precisamos, enquanto feministas, construir uma visão comum deste campo e construir alianças amplas, para além do movimento de mulheres, articulando a luta pela comunicação aos nossos processos de luta e mobilizações. Precisamos nos envolver no movimento pró-conferência e pensar como pressionamos o Poder Executivo a realizar a conferência”, completa.

“Vamos finalmente sair do varejo e entrar na definição de políticas mais estruturantes de comunicação”, diz Lurdinha Rodrigues, da Liga Brasileira de Lésbicas. Lurdinha, Nalu e Jacira participaram, juntamente com outras cerca de 40 mulheres de diversas organizações, redes, fóruns e articulações, de uma reunião de aprofundamento e elaboração de propostas sobre gênero, democracia e políticas públicas de comunicação, realizada em São Paulo nos últimos dias 6 e 7 de dezembro, como desdobramento do [Seminário A Mulher e a Mídia 4](#), que aconteceu no Rio de Janeiro em setembro deste ano e apontou para a necessidade de um espaço em que o movimento de mulheres pudesse discutir com mais tempo e condições de elaborar propostas para as políticas de comunicação do país.



Angela Freitas (Articulação de Mulheres Brasileiras) e Lurdinha Rodrigues (Liga Brasileira de Lésbicas)

O compromisso de construir

De fato, as condições e as questões em jogo colocadas até a realização de uma conferência nacional de comunicação e as necessidades que entram em cena para sua construção constituem um amplo desafio para os movimentos. Para as mulheres, um desafio extra: “Se não nos prepararmos, será mais um evento. Temos a responsabilidade política de fazer este debate chegar a todo mundo. E a importância das conferências, para além dos encontros, é o potencial de mobilização que eles têm. Precisamos pensar a intervenção e a presença das mulheres e está colocado um grande desafio. O enredo é fascinante e o quanto vamos conseguir incidir vai depender de nossa capacidade de mobilização e de produção de informação para qualificar o nosso discurso”, pontua Nilza Iraci, da Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras.



Nilza Iraci (Articulação de ONGs de Mulheres Negras) e Vera Daisy Barcellos (Rede Feminista de Saúde)

A expectativa das mulheres é de que a conferência seja um espaço amplo, democrático e plural, em que a sociedade possa colocar e afirmar o direito à comunicação e discutir as principais questões relativas à propriedade dos meios (e de seus reflexos na inibição da diversidade e em conteúdos discriminatórios) às políticas de comunicação a temas da agenda política do setor, como a TV pública e regulação, debatendo a lei geral de comunicação para o país. “Onde queremos chegar com a conferência de comunicação? Precisamos de um encontro convocado pelo Executivo, que pense o Conselho Nacional de Comunicação, uma política nacional de comunicação e que tenha como princípios norteadores a comunicação como direito humano, o direito à informação não-discriminatória, o direito à visibilidade de todos os sujeitos políticos e que estes direitos e sua aplicação sejam critérios para a concessão de qualquer veículo de comunicação e que a publicidade oficial considere a postura destes veículos”, coloca Lurdinha.

Para as mulheres, há clareza de que a conferência é o espaço legítimo para tratar de todos estes temas e para discutir a arquitetura da participação na comunicação. “Precisamos falar como o direito à comunicação é a base para lutar por uma sociedade democrática. A conferência deve ser plural, ampliada, para que possamos debater, ver o contraditório, tirar diretrizes para um setor central, que precisa de um marco regulatório, para temas fundamentais como as concessões, uma legislação atualizada, incentivo à produção regional e à diversidade de toda e qualquer ordem. Isso tudo interagindo com o advento da TV digital e da convergência. Precisamos de políticas que incentivem a produção independente e que promova o conteúdo de qualidade, que aborde temas para disseminar junto à população o conhecimento sobre direitos e controle social, apoiando encontros que possam estabelecer consensos e estratégias em torno da defesa destes direitos”, afirma Vera Daisy Barcellos, da [Rede Feminista de Saúde](#).

Questões técnicas, políticas e públicas

No entanto, nem todas as questões que devem ser debatidas na conferência estão claras para quem está no governo. Tereza Cruvinel, presidente da [Empresa Brasil de Comunicação](#), gestora da [TV Brasil](#), a TV pública do país, afirma que “conselho da TV Pública e Conferência Nacional de Comunicação não têm nada a ver um com o outro. São coisas distintas e não se relacionam. A participação na TV Pública está baseada em um tripé: representação, produção e programação”. Ou seja: ainda há um grande caminho a percorrer na construção de uma concepção de conferência – e dos temas a serem tratados nela - que dê conta de discutir a reestruturação de um sistema que está todo consolidado em bases privadas, que é regulado pelo mercado e cuja cultura está enraizada nas mentes da população, que não está acostumada a tratar da comunicação como um direito.

O desafio da sensibilização, portanto, é outra grande barreira colocada no caminho da conferência. De um lado, teme-se que as discussões técnicas “engulam” os embates políticos e excluam a sociedade do enfrentamento. “Precisaremos sair do

nosso discurso cotidiano da denúncia. Discutir a representação na mídia e nos espaços públicos não vai ser suficiente. Precisamos nos preparar, senão será só mais um evento”, alerta Bia Barbosa, do [Intervozes](#). De outro, pondera-se que é conhecida a tática de camuflar decisões políticas como técnicas, justamente para afastar a sociedade dos processos decisórios.

“No processo da TV digital todo mundo sabia que havia, por trás da questão técnica do padrão a ser escolhido, uma escolha política do governo brasileiro. Em tudo na comunicação pode ser assim. Mas sabemos bem o que queremos, que é uma comunicação baseada no interesse público e não nos interesses do mercado, uma comunicação diversa, plural e representativa da diversidade da sociedade brasileira, que não promova o preconceito, mas os direitos humanos, e que tenha uma estrutura regulada e controlada pela sociedade, com participação popular”, afirma Bia.

Existe acordo de que uma conferência de comunicação deve tratar dos princípios e diretrizes para uma política nacional de comunicações e para um marco regulatório para o campo no Brasil. Trata-se de um consenso que vem de uma análise de conjuntura e de possibilidades reais de intervenção e também de inspirações em histórias de outras conferências. “Tenho a sensação de que estamos vivendo um momento histórico. Resgatando as propostas das primeiras conferências de saúde (1941) e das mulheres (2004), que tinham como objetivo estabelecer diretrizes para as políticas e fundamentações para os seus respectivos planos”, relembra Lurdinha.

Nalu Faria traz outro exemplo de grande valia: o do plebiscito contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas): “esta foi uma luta que nos mostrou que é possível transformar uma questão técnica em uma questão pública, que envolveu milhões de pessoas. E isso só foi possível com muita mobilização e construção de uma agenda política; por isso, precisamos encontrar um eixo mobilizador para a comunicação”, diz.

Os desafios da mobilização e da busca de outros espaços

A conferência em si, portanto, não seria mobilizadora. É preciso, no decorrer da mobilização, aglutinar forças em torno de outras lutas do campo da comunicação. “O tema que mais tem apelo é o da representação, pois é a partir dele que conseguimos mostrar como a luta por uma comunicação mais democrática é uma luta por uma sociedade mais democrática e como a comunicação monopolista influencia as demais lutas e o cotidiano da população”, aponta Bia Barbosa. “No entanto, é preciso unir esforços em torno de outros temas da comunicação. Há, por exemplo, comissões de acompanhamento de programação e monitoramento da propriedade sendo criadas em âmbito estadual no bojo da [Campanha pela Democracia e Transparência nas Concessões de Rádio e TV](#), há debates acontecendo em redes locais e aspectos de materialidade - como a comunicação comunitária e a representação, audiências públicas e debates -, que devem começar a pautar em todos estes espaços a questão da conferência para que, até lá, tenhamos construído alguns princípios norteadores ao redor de questões que estão sendo trabalhadas como temas da conferência”, explica Bia. [[Acesse os documentos do temário e outros no site do Movimento Pró-Conferência](#)]. Para ela, “as mulheres devem se apropriar deste processo e entrar no Movimento Pró-Conferência o mais rápido possível”.

É preciso construir a conferência em um processo forte de formação e mobilização, mas é preciso também ter consciência dos limites deste processo e lutar por outros espaços de participação na comunicação, que garantam a intervenção popular para além de encontros periódicos. “É preciso ter consciência dos limites dos processos das conferências. Elas não são a salvação da lavoura. Há limites no processo e no

governo, que nos empurram a definir o que queremos com este processo e o que é central. Onde queremos centrar forças? Precisamos, certamente, sair da crítica do conteúdo e aprofundar nosso debate sobre marco regulatório e TV pública, por exemplo. Além da conferência, precisamos garantir outros espaços de debate e intervenção, pois a comunicação é um campo estratégico para que outros temas da agenda feminista avancem”, afirma Sônia Malheiros, subsecretária de Articulação Institucional da [Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres](#).

Angela Freitas, da [Articulação de Mulheres Brasileiras](#), segue nesta linha e aponta as fragilidades das conferências e de outros mecanismos de participação no Brasil, como conselhos. “Estes espaços hoje são frágeis, não dialogam entre si, não tensionam o sistema representativo vigente e a participação popular nestes conselhos é majoritariamente consultiva, setorializada, reproduzindo a fragmentação existente nas políticas públicas e o distanciamento das decisões econômicas referentes à alocação de recursos públicos. A construção de um sistema de participação popular requer necessariamente transformações no sistema político. É preciso tornar a conferência de comunicação um momento político para trazer um debate amplo para a sociedade, visibilizar os interesses em jogo, formar opinião nos movimentos sociais sobre a questão da comunicação”, destaca Angela.

Para Ivana Bentes, professora da [Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro](#), a chave da transformação está justamente em pensar a comunicação como eixo articulador de uma mudança maior, que diz respeito ao formato de democracia no qual vivemos. “Precisamos trabalhar na comunicação com um conceito de participação que extrapole o da representação simbólica celebratória e não-conflituosa da inclusão visual. Precisamos assumir que estamos vivendo um esgotamento do modelo de democracia representativa e que a comunicação tem um papel central na construção de uma democracia participativa, que traz uma série de desafios que estão postos na construção de uma conferência nacional e para além dela”, afirma Ivana.

O que está em jogo

A sociedade brasileira foi historicamente alijada do processo de tomada de decisões nas políticas de comunicação do país. Este é um processo tão centralizado no Estado, nos lobbys no Congresso e nos radiodifusores, que a população nem sabe que tem direito de participar.

Nos últimos anos, principalmente por conta do processo de convergência tecnológica – a possibilidade de acessar em uma plataforma vários formatos de mídia, como, por exemplo, ver televisão pelo celular e no computador ou falar pelo telefone via internet -, ficou clara a necessidade de se rediscutir um novo marco regulatório para as comunicações no país. Um marco que dê conta de reverter a distorção criada na legislação federal, que separou telecomunicações e radiodifusão em dois serviços diferentes, na contramão da tendência convergente e ao contrário de todos os demais países do mundo, que uniam as legislações dos dois setores. A separação teve um motivo, que resultou na privatização das teles no Brasil, mas teve mais de uma consequência. Hoje, a legislação nacional é defasada e precisa correr atrás do prejuízo para dialogar minimamente com a realidade da convergência que já está posta e adquire contornos mais agravantes com o advento da tecnologia digital nas TVs e rádios.

Neste cenário, os próprios radiodifusores, que historicamente sempre negaram a necessidade de rediscussão do marco regulatório (que até então os beneficiava em sua defasagem), se colocam dispostos a dialogar e a construir uma nova legislação que estabeleça regras de exploração para os serviços dos dois setores.

Recentemente, os radiodifusores deram início a um forte lobby pela aprovação de uma nova Lei Geral de Comunicação no Congresso Nacional. Afastada do processo, mais uma vez, a sociedade civil organizada no movimento de comunicação gritou. No final do ano passado, a deputada Iriny Lopes (PT/ES) fez um requerimento solicitando que a [Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara \(CDHM\)](#) participasse do processo de elaboração da lei.



Glauca Matos Adeníké (Fórum Nacional de Mulheres Negras)

Pressão e articulação do movimento

Em junho de 2007, foi realizado o Encontro Nacional de Comunicação [[saiba mais clicando aqui](#)], que reuniu contribuições de diversos setores para a formulação de diretrizes da lei. Neste encontro, surgiu um comitê pró-conferência, reunindo 20 entidades da sociedade civil com atuação nacional, a CDHM e a [Comissão de Ciência e Tecnologia \(CCTCI\)](#). Mais tarde, o comitê recebeu a adesão do Ministério Público Federal e ganhou o nome de Movimento Pró-Conferência, que começou a trabalhar, então, uma proposta de temário para ser tratado na Conferência Nacional e passou a mobilizar outros setores da sociedade para pressionar o governo a se comprometer com a realização da conferência.

Em meados deste ano, o ministro das Comunicações Helio Costa anuncia que a conferência seria realizada em agosto. De susto, o movimento de comunicação reage e prontamente questiona que objetivos poderia ter uma conferência convocada para dali a dois meses. Pressionado, o MiniCom chama o evento de “conferência preparatória” e realiza um grande seminário com empresários da comunicação, radiodifusores e gestores para falar de lei geral e convergência. Nesse evento, o ministro se compromete com a realização de uma conferência ampla e plural, a ser promovida nos próximos anos.

No Poder Legislativo, a luta está mais avançada. Muitos parlamentares já estão comprometidos com a realização da conferência, inclusive alguns históricos lobistas dos radiodifusores.

O deputado Jorge Bittar (PT/RJ) é relator do “PL da convergência” 29/2007, da CCTCI, que permite o ingresso das operadoras de telecomunicações no mercado de TV paga. O desafio é pressionar pela realização de uma conferência que possa de fato intervir no processo da lei geral, a tempo de influenciar o debate em torno dos projetos de lei que tramitam no Congresso sobre os temas da comunicação, como este.

Para isso, o movimento de comunicação tem convocado audiências com ministros, fez reuniões com parlamentares e representantes dos empresários e radiodifusores e pretende pleitear audiências com o presidente Lula e a Casa Civil.

Para articular a mobilização nas regiões, foi realizada no dia 23 de novembro uma videoconferência pelo sistema [Interlegis](#), que teve a participação de 13 estados.

Cada um criou um comitê local de mobilização, que começará a promover atividades em torno de temas da comunicação, como modo de formação em temas que serão debatidos na conferência. Em paralelo, esses comitês engrossam a pressão pela realização do encontro.

Para Gláucia Matos Adeníké, do Fórum Nacional de Mulheres Negras, a conferência deve ser um espaço para debater "a lei geral de comunicações, o órgão regulador, a expressão da diversidade; mas deve ser também um espaço para ouvir a população sobre como ela se sente representada nos meios de comunicação". E Gláucia aponta também um grande desafio para os movimentos sociais: "que papel teríamos que cumprir na organização desta conferência, que pretende discutir temas que, para nós, estão tão distantes e são de tão difícil compreensão? Fortalecer os fóruns locais seria uma oportunidade de preparar a transformação revolucionária que queremos".

O temário da conferência deve ser estabelecido nos próximos meses. Sabe-se apenas que, a princípio, seriam discutidas diretrizes para as políticas de comunicação do país. As propostas mais avançadas falam em debater legislação e regulação, propriedade e concentração dos meios, garantias dos cidadãos e incentivo ao controle público, pluralidade e diversidade, sistema público de comunicação (incluindo TV pública), estrutura e acesso aos meios, instrumentos de governança e participação popular.

* **Michelle Prazeres** é jornalista e integrante do [Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social](#).

Acesse pelos links abaixo matérias, análises e artigos publicados no [Observatório do Direito à Comunicação](#) sobre a Conferência Nacional de Comunicação

[Sem sinalização do governo, sociedade civil inicia diálogo com setores empresariais](#)

[Videoconferência discute preparativos para I Conferência Nacional de Comunicação](#)

[Conferência avança no Congresso, mas governo ainda resiste](#)

[Comissão aprova emenda ao PPA que viabiliza a Conferência Nacional de Comunicação](#)

[Em reunião com PT, ministros dizem ter disposição de bancar Conferência de Comunicação em 2008](#)

[Conferência Preparatória: comunicações em debate](#)

[Walter Pinheiro quer agendar já Conferência de Comunicação](#)

[Abert e FNDC apresentam modelos opostos em debate da 'Conferência Preparatória'](#)

[Minicom e Anatel se comprometem publicamente com realização de Conferência Nacional de Comunicações](#)

[Organizações pedem Conferência Nacional democrática](#)

[Entidades reafirmam necessidade de Conferência democrática](#)

Organizações se mobilizam por Conferência Nacional plural

"Conferência" é realizada sem participação da sociedade civil

Hélio Costa diz apoiar Conferência construída com sociedade civil

Mulheres aprovam moção de apoio à realização da Conferência Nacional de Comunicação

Conferência segue sem apoio do governo

"Conferência Preparatória" idealizada por Hélio Costa é adiada

Conferência Nacional "Preparatória" de Comunicações é adiada

"Conferência Preparatória" no Senado e na Câmara discutirá políticas de comunicação

Em audiência, Franklin compromete-se a discutir com Lula realização de Conferência de Comunicação

Sociedade civil dá continuidade à organização da Conferência

"Conferência" de Hélio Costa vira "Seminário"

Por que uma conferência democrática de comunicações?

Conferência de Comunicação vai discutir modelo para o país

Parlamentares querem tempo para organizar Conferência

2º dia do Encontro é reservado aos debates sobre a Conferência Nacional de Comunicação

Encontro em Brasília definirá bases para Conferência Nacional

Os "pais" da Conferência Nacional de Comunicação

Sociedade civil defende processo amplo e participativo

Deputada requer Conferência Nacional de Comunicação